

1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE JAGUARIUNA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

A Exma. Sra. Dra. **ROSELI JOSE FERNANDES COUTINHO**, Juíza de Direito da **1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Jaguariuna do Estado de São Paulo**, na forma da lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, e interessar possa, que será realizado leilão público através do Leiloeiro **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO**, inscrito na Junta Comercial do Estado de São Paulo nº 754, da **Gestora Picelli Leilões**, a ser realizada de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, ou presencial no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 (*artigo 11 parágrafo único da Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ*).

Processo: 0001081-71.2020.8.26.0296

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – Processo principal nº 1000795-47.2018.8.26.0296

Exequente: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA, CNPJ/MF sob nº 46.410.866/0001-71, na pessoa do procurador legal.

Executado: ESPÓLIO DE EDGAR PENTEADO CPF/MF sob nº 127.386.388-72, falecido em 16/09/2021, representado por seu inventariante FERNANDO CÉSAR BALDO PENTEADO, CPF/MF nº 016.151.128-71.

INTERESSADOS:

- ✓ **ELISABETH REGINA ROSOLEN PENTEADO, CPF/MF: 050.271.228-70**
- ✓ **FERNANDO CÉSAR BALDO PENTEADO, CPF/MF: 016.151.128-71**
- ✓ **SÍLVIA REGINA DEFENDI PENTEADO, CPF/MF: 049.004.708-48**
- ✓ **ANDRÉ LUIS BALDO PENTEADO, CPF/MF: 180.742.118-00**
- ✓ **PAULO WILSON BALDO PENTEADO, CPF/MF: 039.046.498-84**
- ✓ **EDGAR ROSOLEN PENTEADO, CPF/MF: 388.426.168-18**
- ✓ **LUCAS ROSOLEN PENTEADO, CPF/MF: 388.426.178-90**
- ✓ **Processo de Inventário nº 1003321-79.2021.8.26.0296 em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Jaguariúna/SP**
- ✓ **Processo nº 1003827-55.2021.8.26.0296 em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Jaguariúna/SP**
- ✓ **Ocupante do bem**

DO CERTAME

1ª Praça: Iniciará no dia 08/09/2026 às 14h55 e encerrará no dia 11/09/2026 às 14h55.

DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$1.295.207,38 (um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, duzentos e sete reais e trinta e oito centavos), para junho de 2026, que será atualizado até a data do leilão, conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais

do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso não haja lance, seguirá sem interrupção até:

2ª Praça: Iniciará no dia **11/09/2026 às 14h55** e se encerrará no dia **08/10/2026 às 14h55** (horário de Brasília).

DO VALOR DO LANCE MÍNIMO: R\$ 880.741,02 (oitocentos e oitenta mil, setecentos e quarenta e um reais e dois centavos), obedecendo às regras do **artigo 843, §1º e §2º do Código de Processo Civil**, no qual o **deságio de 50% do valor da avaliação**, refere-se apenas a **cota parte do Executado**, que será atualizado até a data do leilão, **sendo resguardado a cota parte integral dos coproprietários alheios a execução**. Conforme sistema para cálculo de Atualização Monetária dos Débitos Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

DA DESCRIÇÃO DO BEM: 01 (UM) PREDIO RESIDENCIAL QUE RECEBEU O Nº 588 (QUINHENTOS E OITENTA E OITO) DA RUA CORONEL AMÂNICO BUENO, CONTENDO ÁREA, ABRIGO, TRÊS DORMITÓRIOS, SALA, COPA, COZINHA, BANHEIRO, CORREDOR E UMA PEQUENA ÁREA DE SERVIÇO, E MAIS DEPENDÊNCIAS HABITÁVEIS NOS FUNDOS, CONTENDO SALA, BANHEIRO, DORMITÓRIO, LAVANDERIA E UMA ÁREA, situado no perímetro urbano desta cidade, distrito, município e comarca de Jaguariúna/SP, edificadas em terreno, localizado a 40,00m (quarenta metros) lineares da Rua Júlio Frank medindo 10,00m (dez metros) de frente, igual largura dos fundos, por 40,00m (quarenta metros) da frente aos fundos, em ambos os lados, encerrando uma área de 400,00m² (quatrocentos metros quadrados), confrontando-se pela frente com a Rua Coronel Amâncio Bueno, lado direito de quem dessa rua olha para o imóvel, com propriedade de Aílton José de Almeida, do lado esquerdo, com propriedade de Júlio Gimenes e, nos fundos, com propriedade de Hermelia do Lana e outros.

AVALIADO: R\$ 1.200.000,00 (um milhão duzentos mil reais) em dezembro de 2024 – Fls. 472 a ser atualizado até a data do leilão, pela Tabela do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

LOCALIZAÇÃO: Rua Coronel Amâncio Bueno, nº 588, Centro de Jaguariúna-SP - CEP 13910-009 – Fls. 455.

Matrícula 14.940 do Cartório de Registro de Imóveis da cidade de Jaguariúna/SP.
Código Cartográfico: 03.0020.0358

DEPOSITÁRIO: Executado

DO ÔNUS: Consta **PENHORA** do processo em epígrafe, fls. 135/136, certidão de penhora 159/161, devidamente averbado na **Av.2/14.940**. Eventual regularização de baixa dos ônus da referida matrícula será feita pelo arrematante. Não constam nos autos demais débitos, recursos ou causa pendente de julgamento além do acima mencionado sobre o bem penhorado até a presente data. **O arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem,**

exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional e entendimento do 1134 do STJ. Houve *due diligence* e este leiloeiro constatou após consulta no TRT2 e TRT15 que não há processo trabalhista em trâmite em face ao executado.

Constatação: a constrição do bem em epígrafe é de 65,50%, entretanto, por trata-se de bem indivisível o bem será levado a leilão na integralidade nos termos do artigo 843 § 1 e 2 do CPC, ou seja, respeitando a cota parte do coproprietário alheio a execução.

E conforme decisão de fls. 677/678: “...Ainda, nos termos do documento de fls. 101 e da matrícula atualizada de fls.581/583, embora a penhora tenha recaído sob 65,5% do imóvel a ser leiloado (fls. 159/161) , quota-parte pertencente ao espólio de Edgar Penteado, no caso, 1,5% dessa penhora pertence a Elisabeth Regina Rosolen, tendo em vista que 3% (do total de 65,5%) foi adquirido na constância do casamento em regime de comunhão parcial de bens. O valor dos coproprietários está vinculado ao valor da avaliação, e não da arrematação, nos termos do art. 843, § 2º do CPC. Dessa forma, do valor arrematado, a quota-parte dos coproprietários, calculadas sob o valor da avaliação, será preservada, e do que restar, será passível de satisfação desse cumprimento de sentença. Por fim, do valor pertence exclusivamente ao espólio, após satisfeita a execução, eventual sobra deverá ser transferida para os autos de inventário (nº 1003321-79.2021.8.26.0296), conforme decisão daqueles autos juntada a fls. 675/676, para fins de partilha entre os herdeiros.”

DO DÉBITO EXEQUENDO: R\$ 287.466,53 (duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos) em julho de 2025 – fls. 519/520.

As intimações das datas do leilão público, serão realizadas através dos advogados constituídos e, acaso não haja, será realizado no endereço do executado constante nos autos, sendo negativo a publicação do edital servirá como válida, não cabendo alegação de nulidade.

DO IMÓVEL: Demais informações de que sobre o bem recaia outros ônus, recursos ou causa pendentes deverão ser consultadas nos autos pelo interessado. O bem será vendido no estado de conservação em que se encontrar, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições antes das datas designadas para o leilão, bem como dívidas pendentes sobre o bem e não descritas neste edital (Art. 18º da Resolução 236/2016 - CNJ). Os débitos da arrematação correrão por conta do arrematante, inclusive impostos, taxas, emolumentos, seguros são de conta e responsabilidade exclusiva do arrematante (29º da Resolução 236/2016).

DOS ÔNUS HIPOTECÁRIOS e TRIBUTÁRIOS: A hipoteca extingue com a arrematação, assim, nada será devido pelo arrematante ao credor hipotecário (art. 1499, VI, do CC). Havendo pluralidade de credores (inclusive os garantidos por penhora) ou exequentes, o dinheiro lhes será distribuído e entregue consoante a ordem das respectivas preferências, conforme art. 908 e parágrafos do CPC. **Débitos de IPTU e demais taxas e impostos, serão sub-rogados no valor da arrematação, nos termos do art. 130, ‘caput’ e parágrafo único, do CTN c/c art. 908, § 1º, do CPC.**

DA RESPONSABILIDADE DO ARREMATANTE: Correrão por conta do arrematante todas as providências necessárias para a imissão na posse do imóvel bem como as despesas com transferência, recolhimento de ITBI, foro, laudêmio, taxas, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, inclusive débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reforma não averbados nos órgãos competentes além de outros débitos que incidir sobre o imóvel, excetuados aqueles quitados com o produto da presente. Será de responsabilidade do arrematante todas as providências e despesas relativas à desocupação, transferência dos imóveis.

DA BAIXA DOS GRAVAMES NO FÓLIO REAL: Conforme artigo 320-G do Provimento 188/2024, nos termos da Lei, em caso de arrematação, todos os ônus da matrícula anteriores à data da expedição da carta de arrematação, serão baixadas por este Juízo de ofício ao Cartório de Registro de Imóveis competente, momento em que tal instituição deverá também noticiar a baixa dos ônus aos respectivos detentores de tais prerrogativas, de tudo dando ciência nos autos.

DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL: O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do gestor www.picellileiloes.com.br, www.publicjud.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, §2º, do CPC.

DO CONDUTOR DO LEILÃO: O leilão será realizado de forma híbrida no sítio eletrônico www.picellileiloes.com.br, no endereço Rua Maria Ângela, 390, Conjunto 10, Bairro Berlim, Jaguariúna, SP - CEP 13.919-134 e será conduzido pelo Leiloeiro Oficial **JOEL AUGUSTO PICELLI FILHO, MATRICULADO na JUCESP sob nº 754**, habilitado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP.

DOS LANCES: Os lances deverão ser ofertados pela rede INTERNET, através do portal <http://www.picellileiloes.com.br/>.

FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser efetuado, mediante guia de depósito judicial, podendo ser à vista ou parcelado, sendo que o pagamento à vista será sobreposto ao parcelado ainda que este seja mais vultuoso. (art. 895, § 7º do CPC).

À VISTA: O pagamento à vista deverá ocorrer no prazo de 24 horas da confirmação de lance vencedor, como também deverá ser providenciado o pagamento da comissão do Leiloeiro no mesmo prazo.

PARCELADO: A modalidade de pagamento parcelado, terá sua disputa conduzida por meio da plataforma eletrônica www.picellileiloes.com.br com sinal de no mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e o saldo em até 30 (trinta) parcelas reajustáveis pelo indexador do TJ/SP, com a garantia da hipoteca legal do próprio bem em epígrafe, consubstanciada no artigo 1.489, V do Código Civil. **A apresentação de proposta não suspende o leilão** (art. 895, §6º, do CPC). No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações incidirá multa de 10% (dez por cento),

sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, nos termos do artigo 895, § 4º do CPC, que ficará pendente a homologação do Magistrado. **Não sendo efetuado o depósito da oferta, o Leiloeiro comunicará que o arrematante é remisso ao Juízo, para a perda da caução e comissão já depositadas, voltando os bens ao novo leilão**, conforme artigo 897 do CPC, além das demais sanções eventualmente previstas neste edital e/ou na legislação em vigor, arcando o arrematante inadimplente com as custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da execução, tudo isso sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos. **Conforme hodierna jurisprudência será aceito proposta no curso do leilão:** “Agravado de Instrumento. Ação de despejo em fase de cumprimento de sentença. **Proposta de arrematação do bem penhorado, mediante pagamento parcelado (artigo 895, II, do Código de Processo Civil), apresentada na vigência do segundo leilão. Admissibilidade. Ausência de prejuízo, uma vez que preservada a possibilidade de prevalência de eventual lance à vista ou em condições mais vantajosas de parcelamento, nos termos dos § 7º e 8º do referido artigo 895.** Arrematação de imóvel que, por outro lado, é garantida por hipotecado próprio bem, sendo desnecessário o oferecimento de caução. Proposta que observou os requisitos legais, inclusive com indicação do indexador de correção monetária das parcelas. Recurso improvido.” (Agravado de Instrumento nº 2072683-74.2018.8.26.0000 – 32ª Câmara de Direito Privado – Desembargador Relator RUY COPPOLA – j.22/01/2019 – v.u.). Verificada a oferta à vista, a disputa na modalidade parcelada será automaticamente encerrada, nos termos do artigo 895 do CPC.

Acaso não haja o pagamento no prazo estipulado, o Juiz poderá aprovar a venda do bem para o segundo colocado, pelo último lance por ele ofertado.

ARREMATACÃO COM CRÉDITOS DO PRÓPRIO PROCESSO: Poderá o Exequente, caso for o único credor, arrematar o bem utilizando os créditos do próprio processo, acaso não sejam suficientes para a aquisição do bem, deverá este, complementar no prazo de 3 (três) dias, sob pena de tornar-se sem efeito a arrematação e nesse caso, será realizado novo leilão, à custa do exequente, observando o previsto no artigo 892, §1º, §2º e § 3º do CPC. Deverá o credor pagar o valor da comissão do gestor, na forma mencionada no edital sendo que que não será considerada despesa processual.

LANCE CONDICIONAL: Acaso não haja licitantes no leilão, será aberto a captação de lance na modalidade condicional pelo prazo de 30 (trinta), dias. Decorrido o referido prazo será informado ao juízo as propostas recebidas, ficando condicionadas à homologação do Magistrado, para posterior emissão dos documentos em caso de aceitação.

DA COMISSÃO: Em caso de arrematação, a comissão a ser paga será de **5% (cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor (art. 7 da Resolução 236/2016 – CNJ)**

§ 1º Não será devida a comissão ao leiloeiro público na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do Código de Processo Civil, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública.

§ 2º Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do Código de Processo Civil, o leiloeiro público e o corretor devolverão ao arrematante

o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos.

§ 3º Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o leiloeiro e o corretor público farão jus à comissão prevista no caput.”

A forma de pagamento, através de transferência eletrônica digital (TED), em conta bancária, a ser informada por esse Gestor e a comprovação do pagamento deverá ser encaminhada para atendimento@picellileiloes.com.br

Todas as regras e condições aplicáveis estão disponíveis no portal <http://www.picellileiloes.com.br/>. A alienação obedecerá ao disposto na legislação aplicável, no Decreto n. 21981/32, Resolução Nº 236 de 13/07/2016 – CNJ), e demais normas aplicáveis ao Código de Processo Civil, Código Civil e o “caput” do art. 335 do Código Penal.

Nos termos do artigo 889 incisos I à VIII e parágrafo único, do CPC, ficam as partes e interessados, intimados das designações supra, uma vez que a publicação do presente edital supre a intimação das partes e de seus patronos, caso não sejam localizados para as intimações pessoais.

Jaguariúna, 3 de julho de 2026.

Dra. Roseli Jose Fernandes Coutinho
Juíza de Direito

Joel Augusto Picelli Filho
Leiloeiro Oficial – Jucesp 754